

O INCENTIVO AO PROFESSOR



Benjamin Ribeiro da Silva
Presidente do Sieceesp – Sindicato dos Estabelecimentos de Ensino no Estado de São Paulo

O Brasil tem formado menos professores. Os números do Censo da Educação Superior, divulgados no mês de setembro pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), confirmam uma tendência pouco animadora para o futuro do País: a falta de docentes nas escolas. Isso ocorre porque, pelo quarto ano consecutivo, é cada vez menor a quantidade de estudantes que procuram por cursos de licenciatura.

O caso mais preocupante é o de letras, pois, desde 2010, tem havido queda no número de matrículas. Naquele ano, o Brasil tinha mais de 90 mil alunos no curso. Em 2013, eram 78 mil, uma redução de cerca de 13%. O mesmo cenário se desenha para a matemática. Em 2010, eram 82.792 estudantes na área, número que caiu para 80.891 em 2013, uma queda de 2,3%. No entanto, para a licenciatura em química, o número de matrículas subiu 5% nos últimos quatro anos.

O Censo da Educação Superior também confirma a tendência de hegemonia da educação física. No ano passado, as matrículas para professor na área foram 51% maiores do que em matemática, 55% maiores do que em letras, 247% maiores do que

em química e 395% maiores do que em física. Para especialistas, o Brasil precisará de até 2 milhões de novos professores até 2024 para cumprir as metas do Plano Nacional de Educação (PNE), aprovado este ano pelo Congresso Nacional. Os dados do Censo apontam ainda que chega a 67,2% o percentual de professores dos anos finais do ensino fundamental no Brasil que não têm licenciatura para a disciplina que ensinam. No ensino médio, o índice de docentes sem formação adequada é de 51,7%.





Como podemos ver, falta uma política de incentivo à carreira do professor, que se sente desestimulado, não só pela remuneração, mas também por uma maior valorização e condições adequadas para exercer suas atividades.

Depois de muita discussão, o PNE dedica um capítulo especial aos docentes, como, por exemplo: criar, em até um ano, uma política nacional de formação docente para assegurar que todos os professores da educação básica tenham curso de licenciatura de nível superior na área de conhecimento em que atuam; formar, em até dez anos, 50% dos professores da educação básica em nível de pós-graduação, e garantir que 100% dos professores tenham curso de formação continuada; equiparar, em até seis anos, os salários dos professores das redes públicas de educação básica aos dos demais profissionais com escolaridade equivalente; e, por fim, criar, em até dois anos, planos de carreira para os professores dos ensinos básico e superior das redes públicas, tomando como base o piso salarial nacional.

É de se esperar que esses planos não fiquem só no papel. Não podemos esquecer que o grande problema, tanto da educação como de outras áreas administrativas do governo, é a falta de continuidade. Troca-se presidente ou ministro e tudo o que foi planejado vai por água abaixo, iniciando-se uma nova fase de planejamento, deixando-se de lado décadas de projetos e de trabalho. A educação deveria ser tratada como estratégia de Estado e não de governo, para incentivar a carreira de professor e melhorar a qualidade do ensino brasileiro. ■

benjamin@einstein24h.com.br

©akandoo/Stockphoto